

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 789.947 - RJ (2015/0246446-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **A B B P**
ADVOGADO : **DANIEL FERREIRA DA PONTE E OUTRO(S) - RJ095368**
AGRAVADO : **E V L DE M**
ADVOGADO : **CARLOS ROBERTO FERREIRA BARBOSA MOREIRA E OUTRO(S)**
- **RJ061492**
INTERES. : **P M N B**
ADVOGADOS : **RAUL MURAD RIBEIRO DE CASTRO E OUTRO(S) - RJ162384**
LIVIA BARBOZA MAIA E OUTRO(S) - RJ182505

EMENTA

AÇÃO DE EXTINÇÃO DE CONDOMÍNIO. PROCESSO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. ACOLHIMENTO DA PRELIMINAR DE CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM ALEGADA PELA RÉ. CONDENAÇÃO DOS AUTORES NAS CUSTAS E HONORÁRIOS. FATO SUPERVENIENTE. ALIENAÇÃO DO BEM IMÓVEL. PERDA DO OBJETO DO RECURSO ENDEREÇADO AO STJ. MANUTENÇÃO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS DEFINIDOS PELA SENTENÇA.
Agravado em recurso especial prejudicado.

DECISÃO

Colhe-se dos autos que, por doação recebida de seu genitor, os irmãos A B B P e P M N B tornaram-se proprietários de metade de um apartamento localizado na cidade do Rio de Janeiro, tocando a outra metade a E V L de M, ex-companheira do doador.

Afirmando não mais possuírem interesse na manutenção da copropriedade, ingressaram os irmãos, conjuntamente, com uma ação de extinção do condomínio.

Ao sentenciar o feito, o Juízo de Direito da 31ª Vara Cível do Rio de Janeiro - RJ julgou extinto o processo sem resolução de mérito em razão de haver acolhido a preliminar de convenção de arbitragem alegada pela ré, tendo condenado os autores ao pagamento de honorários advocatícios fixados em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Superior Tribunal de Justiça

Inconformados, os autores ingressaram, separadamente, com apelações. Por sua vez, a ré, em apelo adesivo, questionou o valor atribuído aos honorários.

No Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, o Desembargador relator, em pronunciamento monocrático, decidiu negar seguimento às apelações dos autores e não conhecer do recurso adesivo, tendo ratificado a sentença por seus próprios fundamentos.

Em seguida, a Décima Segunda Câmara Cível negou provimento aos agravos internos interpostos pelos autores.

Após verem rejeitados os respectivos embargos de declaração, A B B P e P M N B ingressaram com os próprios recursos especiais, mas ambos os recursos tiveram a admissão recusada pelo Desembargador Terceiro Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

Apenas a recorrente A B B P ingressou com agravo em recurso especial.

Estando pendente o julgamento do agravo, a ré e ora agravada, E V L de M, protocolizou a Petição n. 768.342/2018 (e-STJ, fl. 589), dando a conhecer que, "por escritura pública lavrada em 20.06.2018, as partes deste agravo e o terceiro condômino do imóvel objeto da lide [...] venderam o bem, assim extinguindo, consensualmente, o condomínio até então existente". Diante desse fato superveniente, sustentou não mais ser possível conhecer do agravo em razão da perda do objeto.

Em petição espontaneamente apresentada, a agravante, confirmando a veracidade do fato comunicado pela agravada, defendeu que deveria ele ser compreendido como um "atendimento voluntário, pela ré, à pretensão autoral", tendo por consequência a inversão dos ônus sucumbenciais.

Instada a se manifestar sobre as alegações da agravante, a agravada ponderou que, caso fossem elas acolhidas, "o resultado prático seria deveras estapafúrdio: a parte vitoriosa nas instâncias ordinárias, que se valeu de uma cláusula consensualmente eleita, teria que arcar com ônus sucumbenciais em favor de quem, ignorando aquela estipulação,

Superior Tribunal de Justiça

preferiu aventurar-se por caminho inadequado para obter a extinção da coisa comum".

Brevemente relatado, decido.

Diante do fato superveniente noticiado nos autos, é fora de dúvida que o agravo em recurso especial interposto por A B B P ficou sem objeto, cabendo a esta relatoria, na forma regimental, julgá-lo prejudicado (art. 34, XI, do RISTJ).

Quanto aos ônus sucumbenciais, ao contrário do que alega a agravante, não há justo motivo a amparar o pedido de inversão ou de redistribuição. A condenação dos autores ao pagamento das custas e honorários mostra-se condizente com a conclusão a que chegaram as instâncias ordinárias a respeito de estarem eles vinculados ao compromisso arbitral, não lhes sendo possível submeter a pretensão de extinção do condomínio ao exame da jurisdição estatal.

Ante o exposto, julgo prejudicado o agravo em recurso especial, mantida a condenação dos autores ao pagamento das custas e honorários, nos exatos termos da sentença.

Publique-se.

Brasília, 25 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator